

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS: AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE PROFISSIONAIS EDUCADORES NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL-SP<sup>1</sup>

Elena Carla Batista MENDES\*

Marizane LAWISCH\*\*

Ueverton Camargo de MORAES\*\*\*

Carmem Costa MARTINS\*\*\*\*

### RESUMO

Escolas e creches são locais em que crianças permanecem por mais tempo, após o seio familiar, são nelas que as crianças reproduzirão o que vivenciam em casa. Dessa forma, a violência sofrida no lar reverbera nesse ambiente a cada dia. O objetivo do estudo foi analisar o conhecimento dos profissionais da educação sobre Violência Doméstica Contra Crianças no município de Santa Fé do Sul – SP. A pesquisa foi realizada durante a execução do Programa de Educação pelo Trabalho – Vigilância em Saúde (PET-VS). Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE 43003015.5.0000.5428. Foi aplicado um questionário. A amostra foi constituída por 55 mulheres apresentando idades que variam entre 20 a 65 anos, em sua maioria 49% com idades entre 30 a 39 anos. Em relação à ocupação profissional 7% eram diretoras, seguidos por 6% de coordenadoras pedagógicas e 87% de professoras. Houve pequena diferença entre as médias, mínimas e máximas das somas de acertos de pré e pós-treinamento, com evolução de 01 ponto na escala média. Por meio dos treinamentos, os educadores foram conscientizados e sensibilizados para a identificação e notificação de crianças vitimadas e assim garantir ações para que estas sejam encaminhadas e acompanhadas por profissionais especialistas, garantindo uma possível qualidade de vida na infância.

**Descritores:** Aprendizagem. Crianças. Violência doméstica.

### 1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu 5º artigo estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.” Contudo, há muitas crianças sofrendo violência de natureza sexual, física e psicológica, assim como a negligência/abandono, sendo estas uma ameaça ao direito à vida (BRASIL, 2010).

---

<sup>1</sup>Pesquisa realizada durante a execução do Programa de Educação pelo Trabalho - Vigilância em Saúde (PET-VS)

\*Mestre em Ciências Ambientais e Professora do Curso de Graduação em Enfermagem das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-FUNEC, ecbmarin@hotmail.com

\*\*Enfermeira, Graduada em Enfermagem das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul - FUNEC, mari\_zane\_@hotmail.com

\*\*\*Enfermeiro Residente em Atenção Básica com Ênfase em Estratégia Saúde da Família da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FAMERP, uevertom\_tom@hotmail.com

\*\*\*\*Mestre em Ciências Ambientais e Professora do Curso de Graduação em Enfermagem das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-FUNEC, carmemcardio@gmail.com.br

Violência é o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002).

A Violência Doméstica Contra Criança (VDCC), em todas suas modalidades, pode representar um verdadeiro fator de risco ao processo de desenvolvimento das vítimas. A experiência de vitimização pode trazer sérias consequências, podendo assim, implicar na perturbação da noção de identidade, distúrbios de personalidade, cognição, adaptação social e outros (BOUCHARD et al., 2008).

Sabe-se que a violência contra a criança pode gerar vários problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos capazes de impactar fortemente a saúde das pessoas ao longo de sua existência. Isso reforça a importância de orientar as ações e pactuar estratégias para atenção integral à saúde da criança e suas famílias (BRASIL, 2010).

Os sinais de violência podem ser distintos, segundo a etapa do desenvolvimento. Quanto mais precoce, prolongada ou intensa a situação de violência, maiores e mais permanentes serão os danos para a criança. Em uma observação superficial ou imediata, algumas crianças podem demonstrar um estado de aparente calma logo após a violência, o que não significa que não houve sequelas. Deve ser dada atenção especial em casos de bebês e crianças muito pequenas, abaixo de 03 anos, nos quais a exteriorização do sofrimento não acontece de imediato (BRASIL, 2010).

Todo profissional da saúde ou da educação tem momentos especiais de contato com as crianças e suas famílias e esses momentos são oportunos e criam condições para que se observe a existência de sinais e sintomas que possam ser resultantes de uma situação de violência. Nas creches e escolas, por exemplo, observam-se sinais que incidem diretamente sobre o rendimento escolar e o comportamento da criança, que pode variar da agressividade à passividade, apatia e choro, ausência frequente e falta de atenção e de concentração (BRASIL, 2010).

As escolas e creches têm a função de zelar pela proteção de crianças e adolescentes e espera-se que elas sejam uma expressiva fonte de denúncias. Pressupõe-se que os profissionais da educação não consigam identificar sinais de violência ou os omitam por medo dos agressores, impedindo a notificação e o correto atendimento e encaminhamento dos casos. Tal fato torna o presente estudo relevante, pois se busca abordar a violência doméstica contra crianças, bem como avaliar o processo de ensino aprendizagem de profissionais da educação no município de Santa Fé do Sul – SP.

O objetivo desse estudo foi avaliar o ensino-aprendizagem dos profissionais da educação antes e após o treinamento sobre Violência Doméstica Contra Crianças (VDCC) no município da Estância Turística de Santa Fé do Sul – SP.

Esta pesquisa realizou-se durante a execução de um projeto de extensão às creches e escolas de educação infantil, vinculado ao Programa de Educação pelo Trabalho – Vigilância em Saúde (PET-VS), programa do Ministério da Saúde, no qual vem fortalecer práticas acadêmicas que objetiva interligar os cursos em atividades de ensino, pesquisa, serviço e extensão, para as demandas da sociedade.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva quantitativa, com avaliação do processo ensino aprendido. A pesquisa foi realizada com rigor metodológico, com autorização Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul (FUNEC) CAAE 43003015.5.0000.5428, e autorização para a coleta de dados assinada pela Secretaria da Educação Municipal. Em todo o processo da pesquisa, foi fornecida a Carta de Informação ao Participante e o conteúdo discutido com cada sujeito da pesquisa e, posteriormente, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa foi realizada no município de Santa Fé do Sul que possui cerca de 30 mil habitantes e está localizado, estrategicamente, na Região Noroeste do Estado de São Paulo. Santa Fé tem um orçamento de R\$ 28 milhões e oferece uma boa qualidade de vida aos seus moradores com 100% de serviços essenciais, em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, além do programa médico da família para 100% da população.

O universo foi constituído por professores, coordenadores e diretores efetivos das cinco Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e sete Escolas Municipais de Período Integral (EMPI) do município, um total de 114 profissionais. Foram excluídos da pesquisa todos os educadores que não fazem mais parte da equipe de educação das EMEI e EMPI, ou aqueles que estão de licença médica, licença maternidade, férias e os profissionais que se recusaram a participar da pesquisa. A amostra do presente estudo contou com 55 participantes.

Os treinamentos foram realizados pelos bolsistas do projeto PET, uma vez ao mês, em horários de Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) realizados nas EMEI Prof.<sup>a</sup> Anizia Zancanella de Figueiredo e Prof.<sup>a</sup> Lourdes Patrício Fernandes, no período de fevereiro a junho de 2015.

A avaliação do ensino e aprendizado foi realizada por meio de aplicação de questionário antes e após os treinamentos. Os treinamentos foram desenvolvidos nas seguintes etapas:

a) apresentação do programa PET; aplicação do questionário antes do treinamento; apresentação e discussão das concepções teóricas do tema, suas definições, epidemiologia e consequências;

b) apresentação e discussão acerca dos indicadores comportamentais da criança, do agressor e da família vitimada, os quais facilitam a identificação pelos profissionais da área da educação;

c) apresentação da trajetória de intervenção, apresentando os recursos que os profissionais da educação dispõem para cada caso e os tipos de encaminhamentos necessários; discussão de um caso clínico fictício para orientar as ações de intervenção na área e aplicação do questionário após o treinamento.

Os recursos didáticos utilizados foram vídeos, roda de conversa, apresentação de conteúdos didáticos em recursos audiovisuais e depoimento de vítima.

O questionário possui questões referentes à identificação, notificação e denúncia sobre a VDCC, identificação de casos de violência sexual contra crianças, conceito de violência intrafamiliar, classes sociais, os tipos mais frequentes de violência intrafamiliar, os tipos de agressores e se os educadores são preparados para lidar com crianças que sofrem violência doméstica.

Os dados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva com cálculo de média, mínima e máxima e desvio padrão.

Os riscos oriundos da pesquisa serão minimizados pelo trabalho direcionado somente aos educadores, sem identificação dos nomes ou dados pessoais desses indivíduos. Para minimizar e até mesmo neutralizar esses riscos, a equipe da pesquisa compromete-se a não divulgar, em hipótese alguma, nome ou dados pessoais.

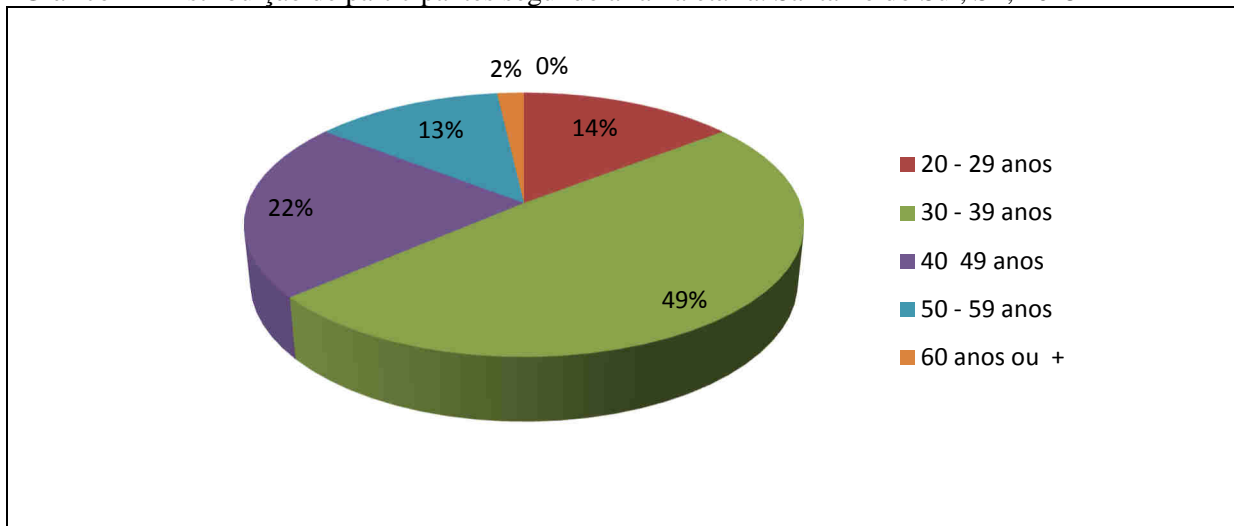
Como benefício, espera-se compreender melhor o conceito da VDCC, sensibilizar e conscientizar os profissionais da área da educação, na identificação, notificação e o encaminhamento de casos. Além disso, os dados obtidos poderão também auxiliar o acompanhamento dessas crianças vitimadas, uma vez que no futuro podem se tornar agressores.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Caracterização da amostra**

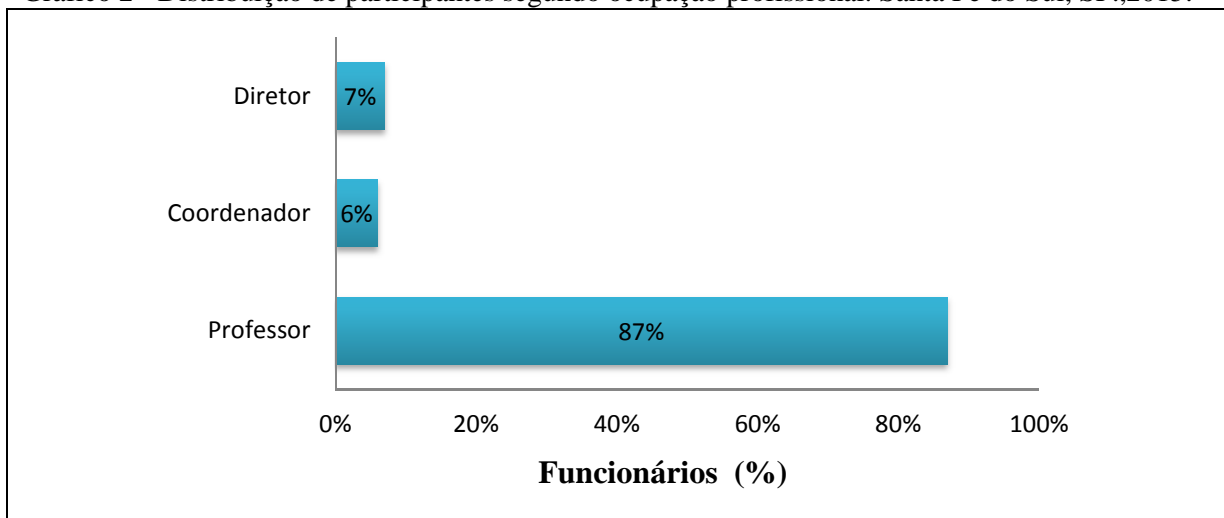
A amostra foi composta de 55 participantes que passaram por duas etapas de avaliação do processo ensino-aprendizagem, antes e após treinamento, sendo em sua totalidade do gênero feminino. O Gráfico 1 apresenta a distribuição de participantes de acordo com a faixa etária e o gráfico 2 apresenta distribuição de participantes segundo ocupação profissional.

Gráfico 1 - Distribuição de participantes segundo a faixa etária. Santa Fé do Sul, SP, 2015



Fonte: Dos próprios autores.

Gráfico 2 - Distribuição de participantes segundo ocupação profissional. Santa Fé do Sul, SP.,2015.



Fonte: Dos próprios autores.

Pelos gráficos 1 e 2, observa-se que a amostra foi constituída em sua totalidade por 55 mulheres (100%) apresentando idades que variam entre 20 a 65 anos, em sua maioria, 27 participantes (49%) com idades entre 30 a 39 anos. Destaca-se ainda que o gênero feminino é a preferência da profissão de educador infantil no Brasil.

A predominância do sexo feminino na educação infantil deve-se principalmente a fatores históricos, pois durante muito tempo, ela esteve associada à ideia de que a mulher

possui “dom natural” e habilidades naturais para a função de professora, características da figura materna (BARROS, 2015).

Cerisara (2002) relata algumas especificidades como sendo uma profissão que socialmente tem se convencionado a chamar de práticas domésticas femininas, que inclui/supõe funções de maternidade, a autora também afirma que estas mulheres educadoras diferem entre classes sociais, diferentes idades, diferentes raças, com diferentes trajetórias pessoais e profissionais, com diferentes expectativas frente a sua vida pessoal e profissional e que trabalham em uma instituição que transita entre o espaço público e o espaço doméstico, em uma profissão que guarda o traço de ambiguidade entre a função materna e a função de docente.

Em relação à ocupação profissional, o gráfico 02 apresenta que 4 (7%) eram diretoras, seguidos por 3 (6%) de coordenadoras pedagógicas e 48 (87%) de professoras, o maior número de professoras justifica-se porque a coleta de dados ocorreu em EMPI e EMEI, onde se localiza maior número de professoras por unidade, sendo uma diretora e uma coordenadora responsáveis em cada unidade.

### 3.2 Comparação das etapas Pré e Pós-treinamento

A tabela 1 apresenta os resultados do pré-treinamento.

Tabela 1 – Respostas obtidas no pré-treinamento. Santa Fé do Sul, SP

QUESTÃO	SIM	%	NÃO	%	TOTAL
01	55	100%	-	-	100%
02	55	100%	-	-	100%
03	55	100%	-	-	100%
04	50	91%	05	9%	100%
05	49	89%	06	11%	100%
06	17	31%	38	69%	100%
07	41	75%	14	25%	100%
08	43	78%	12	22%	100%
09	54	98%	01	2%	100%

Fonte: Dos próprios autores, 2015.

**SIM: Números de acertos**

**NÃO: Número de erros**

A questão 01 a 03 da tabela 01 obteve 100% de acertos pelos participantes da pesquisa, enquanto a questão de 04 a 09 apresentou erros, sendo a questão 06 a que apresentou maior resultado de erros (69%).

A tabela 2 apresenta os resultados obtidos no pós-treinamento.

Tabela 2 – Respostas obtidas no pós-treinamento. Santa Fé do Sul, SP.

QUESTÃO	SIM	%	NÃO	%	TOTAL
01	54	98%	01	2%	100%
02	55	100%	-	-	100%
03	55	100%	-	-	100%
04	50	90%	05	10%	100%
05	14	25%	41	75%	100%
06	18	33%	37	67%	100%
07	53	96%	02	4%	100%
08	47	85%	08	15%	100%
09	55	100%	-	-	100%

Fonte: Dos próprios autores.

**SIM: Números de acertos**

**NÃO: Número de erros**

Observa-se na tabela 02 que a questão 01 apresenta um erro, as questões 02 e 03 mantiveram 100% de acertos, as questões 04, 07, 08 e 09 obtiveram acertos de 85% a 100%. As questões 05 e 06 demonstram maior porcentagem de erros, correspondendo a 75% e 67%.

A tabela 03 apresenta as médias, mínimas, máximas e desvio padrão obtidos no pré e pós-treinamento.

Tabela 03 – Estatísticas descritivas da soma de acertos do teste teórico no pré e pós-treinamento. Santa Fé do Sul, SP.

Variável	Média	Mín / Máx	Desvio Padrão
Teste pré-treinamento	46,55	17 - 55	12,268
Teste pós-treinamento	47,55	18 - 55	12,042

Fonte: Dos próprios autores.

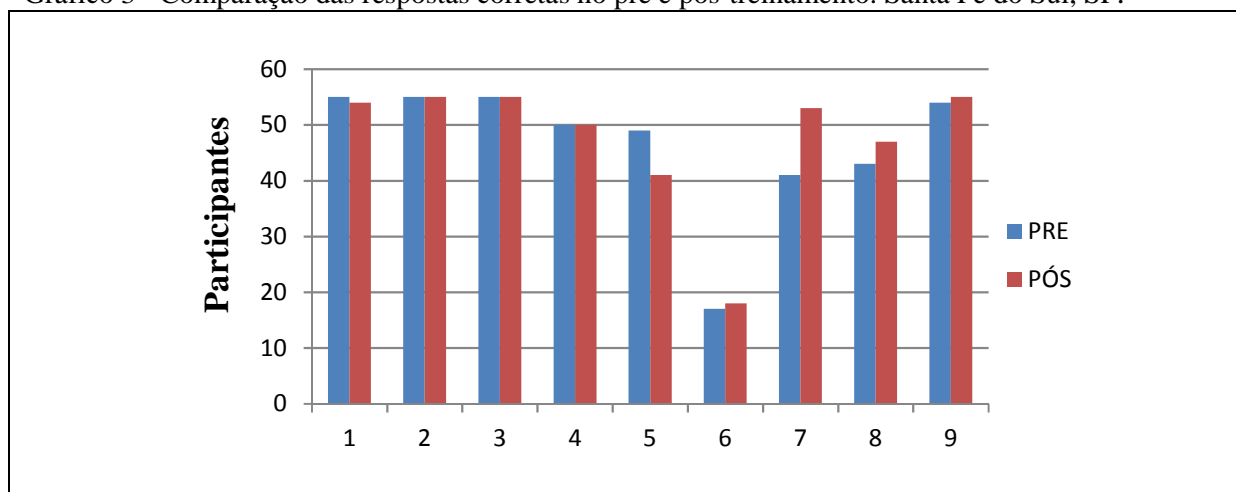
A Tabela 03 indica que houve pequena diferença entre as médias, mínimas e máximas das somas de acertos de pré e pós-treinamento, com evolução de 01 ponto na escala média. Foi possível observar durante os treinamentos que os profissionais já possuíam conhecimentos e algumas percepções sobre os assuntos abordados de violência doméstica na infância. Sendo assim, o treinamento veio acrescentar novos conhecimentos acerca de identificação, notificação e denúncia dos casos vivenciados pelos profissionais sobre violência doméstica na infância.

Estudo realizado por Granville-Garcia et al. (2009) sobre conhecimento e percepção de professores sobre maus tratos em crianças e adolescentes relata que a maioria dos educadores demonstrou ter noção do assunto e todos confirmaram ser importante ter o conhecimento sobre a temática violência infantil e gostariam de receber capacitação. Segundo Cerezo e Pons-Salvador (2004), com a capacitação dos profissionais, é possível que haja aumento nas denúncias.

O aumento da denúncia está associado com a diminuição da insegurança e medo, pois os profissionais sentem-se seguros e amparados legalmente pelo conhecimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O gráfico 03 demonstra a comparação das respostas corretas do pré e pós-treinamento.

Gráfico 3 - Comparação das respostas corretas no pré e pós-treinamento. Santa Fé do Sul, SP.



Fonte: Dos próprios autores.

O Gráfico 3 indica discreta diferença entre as somas de acertos entre pré e pós-treinamento na avaliação do conhecimento. Observa-se a mesma pontuação em 03 das 09 questões, houve o aumento na pontuação total dos participantes em 04 das 09 questões propostas.

As questões 5 e 6 apresentaram maior número de erros, sendo que a questão 05 abordava se os profissionais educadores estavam preparados para lidar com crianças vítimas da violência e a questão 06 pergunta se a VDCC pode ser compreendida por ações de brutalidade por parte dos pais ou responsáveis, acarretando lesões físicas. Contudo, a violência que acomete crianças e adolescentes não se limita somente a lesões físicas, segundo definição do Ministério da Saúde: “Quaisquer atos ou omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundam em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas” (BRASIL, 2010).

Acredita-se que o erro pode ser justificado pelo desconhecimento do real significado de violência contra a criança, sendo que o treinamento foi de carga horária reduzida comparada necessidade da ampliação do conteúdo para melhor discussão do conceito.

Alguns autores discutem se o debate sobre o tema durante a formação acadêmicas dos educadores se faz necessário, pois os educadores são pessoas com maior contato com a criança, fora os familiares, podendo assim, detectar sinais de maus tratos e atuar de forma multidisciplinar junto a profissionais de saúde, superando práticas isoladas, pois as parcerias são imprescindíveis em prol de um bem maior que é a saúde da criança e do adolescente (DESLANDES, 1994; SCHALL, 1994; GONÇALVES; FERREIRA, 2002).

Algeri (2005) entende também que é necessário possibilitar o preparo dos profissionais, habilitando-os a lidar com as situações diversas, como é o caso da violência intrafamiliar, e julga ser este um assunto a ser abordado durante o período de formação dos profissionais por estar vinculado essencialmente às questões sociais e políticas fundamentais, como em uma disciplina curricular, onde ocorra a exposição de situações ou mesmo quando em atividade profissional.

Francischini e Souza Neto (2007) observaram que, dentre os aspectos negativos, os educadores apontaram a necessidade de continuidade do curso em dois sentidos: ampliação do conteúdo e, conseqüentemente, da carga horária e ampliação da abrangência de escolas e educadores e realização de treinamentos.

No decorrer do presente estudo, foi possível observar que a maioria dos profissionais prefere não efetuar de imediato a denúncia, pois considera o diálogo com os familiares ou responsáveis a melhor forma de resolução do problema.

Compreende-se que não compete somente à estrutura de ensino fornecer todas as questões que envolvem a violência contra a criança, pois não se reduz a ditar regras. Cada situação configura-se de maneira particular e individualizada, além de envolver a questão ética de resguardo e divulgação, para preservar o agredido e seu agressor (ALGERI, 2005).

Diante dos resultados apresentados, espera-se que os profissionais sintam-se mais preparados para identificar, notificar e denunciar aos órgãos competentes os casos de VDCC no município de Santa Fé do Sul, SP.

#### **4 CONCLUSÃO**

Identificou-se durante os treinamentos, grande estigma entre os educadores referente à VDCC, devido ao fato da presença constante desta violência, porém as notificações não

acontecem, motivo pelo qual estes profissionais temem envolver-se em situações que possam lhes prejudicar. No decorrer do estudo, observou-se que o resultado obtido entre o pré e pós-treinamento foi de pequena variância, sendo esperado que, após o treinamento, a taxa de acertos fosse maior.

Por meio dos treinamentos, os educadores foram conscientizados e sensibilizados para a identificação e notificação de crianças vitimadas e para, assim, garantir ações para que estas sejam encaminhadas e acompanhadas por profissionais especialistas, garantindo uma possível qualidade de vida na infância.

### **DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN: EVALUATION OF THE TEACHING AND LEARNING PROCESS OF PROFESSIONAL EDUCATORS IN THE MUNICIPALITY OF SANTA FÉ DO SUL - SP**

#### **ABSTRACT**

Schools and day care centers are places where children spend a lot of time, after the family environment, it's where children will reproduce what they live at home. In this way, the violence suffered at home will reverberate in this environment each day. This paper aimed at analyzing the knowledge of teachers about domestic violence against children in the municipality of Santa Fé do Sul - SP. The research was accomplished during the execution of Work Education Program PET-VS. It's a descriptive and quantitative research; it was approved by Ethics Committee involving human being by the number of 43003015.5.0000.5428. It was applied a questionnaire before and after training. The sample was concluded by 55 women with ages ranging from 20 to 65 years old; most of them 49% between the ages of 30 to 39 years old. Regarding to professional occupation, 7% were principals, followed by 6% of pedagogical coordinators and 87% of teachers. There was a slight difference among the average, minimum and maximum of sum of pre and post training, an increase of 01 point average scale. Through training, educators were aware and sensitized to the identification and notification of child victims and, thus, ensure actions in a way those children are accompanied and monitored by professional experts, ensuring a possible life quality in childhood.

**Descriptors:** Learning. Children. Domestic violence.

#### **REFERÊNCIAS**

ALGERI, S. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre – RS, v. 26 n.3, p. 308-15, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4561/2488>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BARROS, A. P. M. **Saberes docentes no contexto da educação infantil: a prática pedagógica em foco**. 2015. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifca universidade Católica, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc->

campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/741/1/ADELIR%20APARECIDA%20MARINHO%20DE%20BARROS.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.

BOUCHARD, E. M. et al. Psychological and health sequelae of childhood sexual, physical and psychological abuse. **Rev Epidemiol Sante Publique**, Canadá, v.5, n. 56, p. 333-44, Oct. 2008. Disponível em: <doi: 10.1016/j.respe.2008.06.260>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Publicado no **Diário Oficial da União** em 16/7/1990 e retificado em 27/9/1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2010. 104 p. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_crianças\\_famílias\\_violências.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2014.

CEREZO, M. A.; PONS-SALVADOR, G. Improving child maltreatment detection systems: a large-scale case study involving health, social services, and school professionals. **Child Abuse and Neglect Oxford**. v. 28, n. 11, p. 1153-69, Nov. 2004. PMID: 15567021. Disponível em: <DOI: 10.1016/j.chiabu.2004.06.007>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CERISARA, A. B., **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Campinas - SP: Cortez, 2002, Coleção Questões Nossa, 98.

DESLANDES, S. F., Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p.177-188, 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500013>>. Acesso em 19 maio 2015.

FRANCISCHINI, R.; SOUZA NETO, M. O., Enfrentamento à violência contra criança e adolescentes: projeto escola que protege. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói - RJ, v. 19, n. 1, p. 243–252, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000100018>>. Acesso em: 19 maio 2015.

GRANVILLE-GARCIA, A. F. et al. Conhecimento e percepção de professores sobre maus tratos em crianças e adolescentes. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18. n.1, p.131-140, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n1/13.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

GONÇALVES, S. H.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 1, p. 315-319, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n1/8168.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KRUG, E. G. et al. (Ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SCHALL, V. T. Environmental and health education for school – age children: a transdisciplinary approach. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v. 10, n.2, p. 259-263, abr-jun. 1994. Disponível em:  
<<https://pdfs.semanticscholar.org/c27e/ecb27771af51dd1c75b97a3180e26dd4ab4c.pdf>>.  
Acesso em: 20 nov. 2014.

Recebido em: 20 de junho de 2016.  
Aprovado em: 04 de novembro de 2016.